

OBJETO: ADITAMENTO 02 AO CONTRATO 63/2025**SETOR INTERESSADO:** CAAS

EMENTA: CONSULTA. **ADITAMENTO 02 AO CONTRATO 63/2025**, REFERENTE AO SERVIÇO DE INVENTÁRIO FÍSICO E CONTÁBIL DOS ATIVOS PATRIMONIAIS DA SERGAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SERGIPE GÁS S/A - SERGAS E GEAFIX ENGENHARIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. PRESENTES OS REQUISITOS DO ARTIGO 71, *CAPUT* 81, §1º, DA LEI 13.303/2016. ACRÉSCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL. **ADA AO ATENDIMENTO DE NECESSIDADE SUPERVENIENTE IDENTIFICADA NO CURSO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.** REQUISITOS ELENCADOS NO ART. 143 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SERGAS (RILC), PUBLICADO NO DOE EM 04/09/2018. POSSIBILIDADE.

A Assessoria de Licitação e Contratação, por meio de seu assessor, consultou esta Assessoria Jurídica sobre a legalidade na celebração do Segundo Aditamento ao contrato nº 63/2025, referente ao serviço de inventário físico e contábil dos ativos patrimoniais da SERGAS, que entre si celebram a SERGIPE GÁS S/A - SERGAS e a GEAFIX ENGENHARIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

A celebração de tal aditamento tem por fundamento a solicitação formulada pela CAAS e a necessidade superveniente de adequação do escopo originalmente contratado, identificada no curso da execução dos serviços. Durante a execução contratual, verificou-se a necessidade de equalização da base física patrimonial do inventário realizado em setembro de 2021 com a base patrimonial de dezembro de 2024, visando assegurar a consistência, confiabilidade e rastreabilidade das informações patrimoniais da Companhia. Tal demanda implicou a realização de atividades complementares de compatibilização e conciliação patrimonial, não originalmente previstas no escopo contratual.

O valor proposto a ser acrescido é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), correspondente a 16,67% do valor original do contrato, passando o valor de R\$ 270.000,00 para R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais). Além disso, o prazo de execução contratual será prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a contar de 18 de junho de 2026.

Os serviços serão executados de acordo com as especificações estabelecidas nas demais cláusulas contratuais, que ficam inalteradas em todas as suas disposições.

É o relatório, passo a opinar.

Em análise dos autos deste procedimento, percebemos tratar-se de procedimento interno no qual a SERGAS pretende aditar o Contrato nº 63/2025, haja vista a solicitação da Assessoria de Licitação e Contratação da SERGAS, devendo, contudo, ser feita a análise se o acréscimo do valor do Contrato tem por escopo atender à necessidade superveniente devidamente justificada.

Conforme se extrai da justificativa apresentada no procedimento administrativo, em decorrência da necessidade de equalização da base física patrimonial e da realização de atividades complementares de compatibilização patrimonial não previstas originalmente, o valor do contrato nº 63/2025 será acrescido em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), correspondente a 16,67% do valor contratual originalmente pactuado. Assim, acreditamos, s.m.j., que a situação se enquadra no que dispõe o artigo 81, §1º, da Lei 13.303/16, o qual afirma que o contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem **nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. O percentual de acréscimo ora proposto está dentro do limite legal permitido.**

No tocante à prorrogação contratual, convém mencionar o ilustre jurista Marçal Justen Filho, salientando que a "hipótese de prorrogação não se confunde com a modificação contratual. A prorrogação consiste em renovar certa contratação para que tenha vigência por período posterior àquele originalmente previsto. Em termos jurídicos, a prorrogação não é modificação contratual. É o mesmo contrato reiniciando sua vigência e vigorando por outro prazo."

Há que se verificar que não se observa na Lei nº 13.303/16 vedação à celebração de contratos com prazo de vigência inicial inferior a cinco anos, admitindo-se sua prorrogação até alcançar esse limite, nos termos do artigo 71, caput, da Lei nº. 13.303/2016. *In verbis*:

Art. 71. A duração dos contratos regidos por esta Lei não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

Parágrafo único. É vedado o contrato por prazo indeterminado.

Na medida em que a Lei nº 13.303/16 não delimitou a aplicação da disciplina contida no *caput* do seu art. 71 a uma ou outra espécie de objeto contratual, entende-se possível a aplicação dessas conclusões, ao menos em tese, a qualquer objeto contratado. Nesse sentido, seguem os ensinamentos extraídos do Informativo de Licitações e Contratos da Revista Zênite[1]:

Desse modo, com a aplicação da nova legislação, as empresas estatais poderão disciplinar a vigência de seus contratos observando as seguintes condições: a) O prazo máximo de vigência dos contratos será de cinco anos, podendo ser ultrapassado nas hipóteses previstas nos incs. I e II do seu art. 71. b) Não se vislumbra óbice legal, ao menos absoluto e decorrente de previsão expressa, que impeça a celebração de contratos de com prazo de vigência inicial superior a duração do respectivo exercício financeiro no qual este ajuste tenha sido firmado, desde que observado o prazo máximo de cinco anos. c) De igual sorte, também não se observa na Lei nº 13.303/16 vedação à celebração de contratos com prazo de vigência inicial inferior a cinco anos, admitindo-se sua prorrogação até alcançar esse limite. d) Na medida em que a Lei nº 13.303/16 não delimitou a aplicação da disciplina contida no caput do seu art. 71 a uma ou outra espécie de objeto contratual, entende-se possível a aplicação dessas conclusões, ao menos em tese, a qualquer objeto contratado. e) Com base nisso, não seria antijurídico prever a celebração de contratos de fornecimento continuado, desde que observado o prazo máximo de cinco anos em exame. Todavia, no mais dos casos, talvez não seja conveniente e oportuna a adoção dessa prática, tendo em vista a dificuldade para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desses ajustes com o passar do tempo. f) A Lei nº 13.303/16 veda apenas a celebração de contratos por prazo de vigência indeterminado.

Ressalte-se, contudo, que a prorrogação da vigência dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/16 depende da manifestação de interesse da Administração e da concordância do contratado. Ou seja, ainda que previsto no edital e contrato, a Administração não poderá impor a prorrogação ao contratado.

Além disso, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILC) da SERGAS estabelece que os contratos de prestação de serviços para necessidades permanentes da Companhia poderão ser renovados, desde que observado o prazo máximo de 5 anos e atendidos os seguintes requisitos:

Art. 143 Os contratos de prestação de serviços para atendimento **de necessidades permanentes da SERGAS** poderão ser renovados, desde que observado o **prazo máximo de 5 (cinco) anos** e atendidos os **seguintes requisitos**:

- I – Haja interesse da SERGAS;
- II – Exista previsão no instrumento convocatório e no contrato;
- III – Seja demonstrada a vantajosidade na manutenção do ajuste;
- IV – As obrigações do Contratado tenham sido regularmente cumpridas;
- V – O Contratado manifeste expressamente a sua anuência na prorrogação;
- VI – O Contratado mantenha as condições de habilitação e qualificação demonstradas inicialmente para a celebração do ajuste;
- VII – O Contratado não se encontre sob os efeitos de sanções impeditivas do direito de licitar e contratar com a SERGAS;
- VIII – A renovação seja celebrada antes da extinção da vigência do contrato por meio do competente termo de aditamento;
- IX – Haja autorização da autoridade competente, precedida de parecer da assessoria jurídica.

Grifei.

Em análise dos autos deste procedimento, percebemos tratar-se de procedimento interno no qual a SERGAS pretende aditar o segundo Aditamento ao Contrato nº 63/2025, cuja finalidade é a prorrogação do prazo do contrato referente a prestação de serviços de inventário físico e contábil dos ativos patrimoniais da Companhia, bem como acrescentar em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), passando seu valor total de R\$270.000,00 para R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

Caso se entenda que o objeto do Contrato Nº 63/2025 não tem por escopo atender à necessidade permanente da SERGAS, mesmo assim, opinamos no sentido de que não há óbice legal na realização do

referido aditamento, sobretudo por concordarmos com os ensinamentos extraídos do Informativo de Licitações e Contratos da Revista Zênite, mormente o de que a Lei nº 13.303/16 não delimitou a aplicação da disciplina contida no *caput* do seu art. 71 a uma ou outra espécie de objeto contratual.

Dito isto, abstendo-me da avaliação administrativa, no que diz respeito à conveniência e oportunidade do aditamento contratual, e tendo por base as razões expostas acima, opino pela legalidade da celebração do Aditamento nº 02 ao contrato nº 63/2025, para a realização do serviço de inventário físico e contábil dos ativos patrimoniais da SERGAS, que entre si celebram a SERGIPE GÁS S/A - SERGAS e a GEAFIX ENGENHARIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., por estar em consonância com o que dispõe o artigo 81, §1º da Lei nº 13.303/2016. Ressalte-se, contudo, que a prorrogação e o acréscimo de valor devem ocorrer por meio de Termo de Aditamento e ter por escopo a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, preservando a confiabilidade e a consistência das informações patrimoniais da Companhia.

É o parecer.
S.M.J.

Aracaju/SE, 10 de junho de 2026.

Ricardo Mendonça Nunes
Assessor Jurídico/SERGAS
OAB/SE 4.184

Parecer redigido com o apoio de:

Karine Oliveira Correia Moreno
Estagiário (a)
Matrícula SERGAS nº 125

[1] Contrato – Prazo máximo de vigência – Estatais – **Lei nº 13.303/16. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos**, Curitiba: Zênite, n. 276, p. 190, fev. 2017, seção Perguntas e Respostas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 96FA-48DA-EA74-52D8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RICARDO MENDONÇA NUNES (CPF 987.XXX.XXX-68) em 10/06/2026 15:37:09 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sergas.1doc.com.br/verificacao/96FA-48DA-EA74-52D8>